

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento de **Caminhão VW Delivey 9.180 Manual Equipado Com Baú Refrigerado**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento. A aquisição deste equipamento se dá através da execução do convênio MAPA Plataforma + Brasil nº 886054/2019.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Agricultura de Desenvolvimento Rural
1.3	Fundamentação legal:	Lei nº14.133/21, Pregão eletrônico.
1.4	Período:	Entrega em 180 dias
1.5	Tipo:	Menor preço – nos termos da Lei nº 14.133/21.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

2.1 Aquisição de **Caminhão VW Delivey 9.180 Manual Equipado Com Baú Refrigerado**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	<p>CAMINHÃO, MARCA VOLKSWAGEN (DECRETO LEI Nº 190/2013), COR BRANCA COM AS CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: TRAÇÃO 4X2, MOTOR DIESEL, 3800 CM3, 4 CILINDROS, POTENCIA 155 VC – 2.600 RPM, FREIOS A AR, PBT 5.800KG PBTC 6.900, EQUIPADO COM BAU REFRIGERADO DE 5,5 M, COM REFRIGERAÇÃO DE ATÉ - 15º, PROTETOR DE CARTER, AR CONDICIONADO, CABINE COM TOMADA DE 12V, RADIO AM/FM COM CD PLAYER, ZERO KM, NOVO DE FABRICA, ANO FABRICAÇÃO 2023, MODELO 2023 OU QUE FOR MAIS ATUALATÉ A DATA DA ENTREGA. ADESIVAÇÃO DO BAÚ COM LOGOS DA PREFEITURA.</p> <p>GARANTIA DE 36 MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM DE ACORDO COM O MANUAL DO FABRICANTE, EMPLACAMENTO E PRIMEIRA REVISÃO GRÁTIS.</p>	601953	UN	01

2.2 Fica determinado a marca Volkswagen para aquisição de frota de veículos leves e pesados do município de Nova Friburgo, de acordo com o definido no Decreto Municipal nº 190, de 25 de outubro de 2013.

2.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

2.4 O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.5

2.6 A estimativa do valor de contratação será realizada posteriormente pela Secretaria de Infraestrutura e Logística.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art.6º, XXXIII, alínea `b`, da Lei nº 14.133/21.

3.1 A presente aquisição deste veículo possui o fito de atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural no que concerne no apoio aos Produtores Rurais, na manutenção da distribuição de merendas escolares; conforme expressado no estudo técnico preliminar anexado no processo.

3.2 A aquisição de Caminhão VW Delivey 9.180 Manual Equipado Com Baú Refrigerado é essencial para o transporte de merenda escolar, para todas as escolas do Município em apoio aos Produtores Rurais e suas produções agrícolas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea `c`, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

4.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2 Exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica: manutenção com limpeza geral, revisão elétrica, mecânica, conforme manual da montadora.

4.3 Conforme o art.6º, XXIII, "c" da Lei nº 14.133/21 o ciclo de vida do objeto compreende, no caso do transporte de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar, com isso, será verificada toda manutenção e serviços no equipamento, seguindo o manual do veículo de forma que a vida útil se estenda e atenda plenamente o objetivo dessa contratação.

4.4 Conforme o art.40, §1º, I, da Lei nº 14.133/21, deve ser feita a especificação do produto, preferencialmente conforme o manual do fabricante, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade dos acessórios, durabilidade e segurança.

4.5 Elementos de sustentabilidade inerentes ao objeto contratual: Como a contratação se refere à aquisição de um caminhão com baú refrigerado, ela não envolve riscos ambientais ou geração de resíduos sólidos. Mas vale ressaltar que todo veículo automotor, é vistoriado no licenciamento em relação a emissão de vapores nocivos à saúde.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXXIII, alínea `d`, da Lei nº 14.133/2021)

5.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

5.2 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e

homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

5.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculado ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

5.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.5 Não será admitida a subcontratação do objeto.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXXIII, alínea “e” e 40, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

6.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com entrega de 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso):

Secretaria requisitante:	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Endereço:	Av. Alberto Braune, 225 - Centro - Nova Friburgo - RJ
Horário de entrega:	Segunda a sexta-feira, das 09 h às 15 h.

6.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.7 Declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo, além do emplacamento e da primeira revisão grátis de acordo com o manual do fabricante.

6.8 A responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;

7. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

7.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

7.2 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- **Negativa de Débitos Trabalhistas;**
- **Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;**
- **FGTS;**
- **PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;**
- **Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;**
- **Estadual CND – referente ao ICMS.**

7.3 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (arts. 6º, XXXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021)

8.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

8.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

8.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

8.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

8.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

8.1.7 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21 art. 155, a contratada que:

8.1.7.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.7.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.7.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.7.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.7.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.7.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.7.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

8.1.7.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.7.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.7.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.1.7.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.1.8 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei nº 14.133/21 art. 156, as seguintes sanções:

8.1.8.1 Advertência;

8.1.8.2 Multa;

8.1.8.3 Impedimento de licitar e contratar;

8.1.8.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

8.1.8.5 Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.1.8.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando o procedimento previsto nos artigos n.º 156 ao 168 da Lei nº 14.133/21.

8.1.9 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.10 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.11 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.1.12 A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

8.2.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

8.2.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (quando for o caso);

8.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.2.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.2.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.2.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.7 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, para representá-la na execução do Contrato;

8.2.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

8.2.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

8.2.10 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

8.2.11 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8.2.12 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8.2.13 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do art. nº 117 da Lei nº 14.133/21;

8.2.14 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Jubher Cândido de Lima	63.090	Gestor titular
Vladimir Couto Soares	100.235	Gestor substituto
Moaci Bernardo de Moura	63.012	Fiscal titular
Eduardo Florentino de Brito	100.646	Fiscal substituto

8.2.15 O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.2.16 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

8.2.17 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/21.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021)

9.1 Para avaliação do equipamento contratado, será observado pelo fiscal do contrato toda a especificação de acordo com o Termo de Referência item 2.1, observando também se houve descumprimento de algum procedimento.

9.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o seguinte critério específico: O equipamento com a devida com a especificação; Todos os acessórios em pleno funcionamento e demonstração pelo fornecedor do funcionamento total do equipamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/21)

10.1 O fornecedor será selecionado por meio de realização de licitação por pregão eletrônico.

10.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado pela Lei nº 14.133/21.

10.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentado, quando solicitado pela Administração.

11. ESPECIALIZAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

11.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 36 (Trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

11.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

11.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

11.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

11.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

11.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

11.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

11.8 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

11.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

11.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

11.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 106, II da Lei nº 14.133/2021)

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

12.2 A contratação

será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade;	13
Fonte de Recursos;	17020 – Outras transferências de Convênios ou instrumentos congêneres dos Municípios. 1501 – PMNF.
Programa de Trabalho;	13001.2060600131.037
Elemento de Despesas;	44.90.52.06
Plano Interno;	XXXXX

12.3 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO – RJ, CEP: 28.613-001.**

12.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes serão indicadas após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Nova Friburgo/RJ, 01 de junho de 2023.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
Jubher Candido de Lima Matr.: Nº 63.090	Adriano Miranda Matr.: Nº 62.677

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Adelso Rapozo
Secretário Municipal de Agricultura
Matr.: nº 63.078